

Os espaços do Plano Piloto são usados por todos. Moradores caminham na área verde, comércio expande seus domínios

ÁREA VERDE USADA DE DIVERSAS FORMAS

Conciliar os interesses do dia-a-dia com as regras do tombamento nem sempre é uma tarefa fácil para alguns moradores de Brasília. Os limites impostos pela proteção do patrimônio histórico da cidade parecem mudar de acordo com o ponto de vista de cada um. Difícil é encontrar alguém que seja totalmente contra o tombamento. Mas, entre proteger tudo e ignorar as leis, há espaço para diversas opiniões.

"Quem mora na cidade é que sabe das necessidades", opina Wagner Savini, 61 anos, enquanto passeia numa manhã ensolarada em companhia da mulher, em frente da Igreja da Sagrada Família, na 307/308 Sul. Há 33 anos em Brasília, ele viu a cidade crescer, e acompanhou de perto o aparecimento de problemas típicos das grandes metrópoles. "Brasília já se transformou demais. Antes, não havia necessidade de cerca nem nada. Existia segurança. Hoje, não há a mesma tranquilidade".

A mulher de Wagner, Léa Savini, 53 anos, garante que os dois são a favor do tombamento, mas desde que seja reservado o espaço para pequenas modificações. "Sou a favor do controle da entrada e saída de carros nas quadras", afirma Léa. "Mas a cidade tem de ser preservada. A Vila Planalto, por exemplo, foi tombada, mas já está totalmente modificada."

Moradora da 307 Sul, Ivonete de Castro, 68 anos, está em Brasília desde a inauguração da cidade. Ela tem por hábito passear em companhia de Toty, seu cachorro *poodle*, pelas quadras próximas. "A cidade tem de ser livre, não se pode sair por ai cercando tudo", opina Ivonete. "Sou contra qualquer fechamento de áreas públicas nas quadras ou em qualquer lugar. Quem inventa isso está querendo é ganhar dinheiro."

Segundo o representante do IPHAN, Marco Antônio Galvão, uma das maiores agressões ao tombamento está nos comércios locais. Segundo dados da administração de Brasília, responsável pela fiscalização no Plano Piloto, há invasões de áreas públicas em 70% do comércio local da Asa Sul e em 40% do comércio local da Asa Norte. E apenas 22 fiscais de obras para vigiar os comerciantes.

BARRACOS À SOMBRA DOS MINISTÉRIOS

"Sou a favor do tombamento, mas a cidade tem de se adaptar às novas necessidades", argumenta um dos proprietários do restaurante Rainha do Mar, Eider Andrade. Ele abriu o negócio há um ano, numa das esquinas do comércio local da 404/405 Sul, onde a invasão de áreas públicas é uma prática disseminada. Segundo o exemplo dos comerciantes mais antigos, Eider espalhou um mar de mesas e cadeiras sobre o gramado público para multiplicar a capacidade de atendimento de clientes.

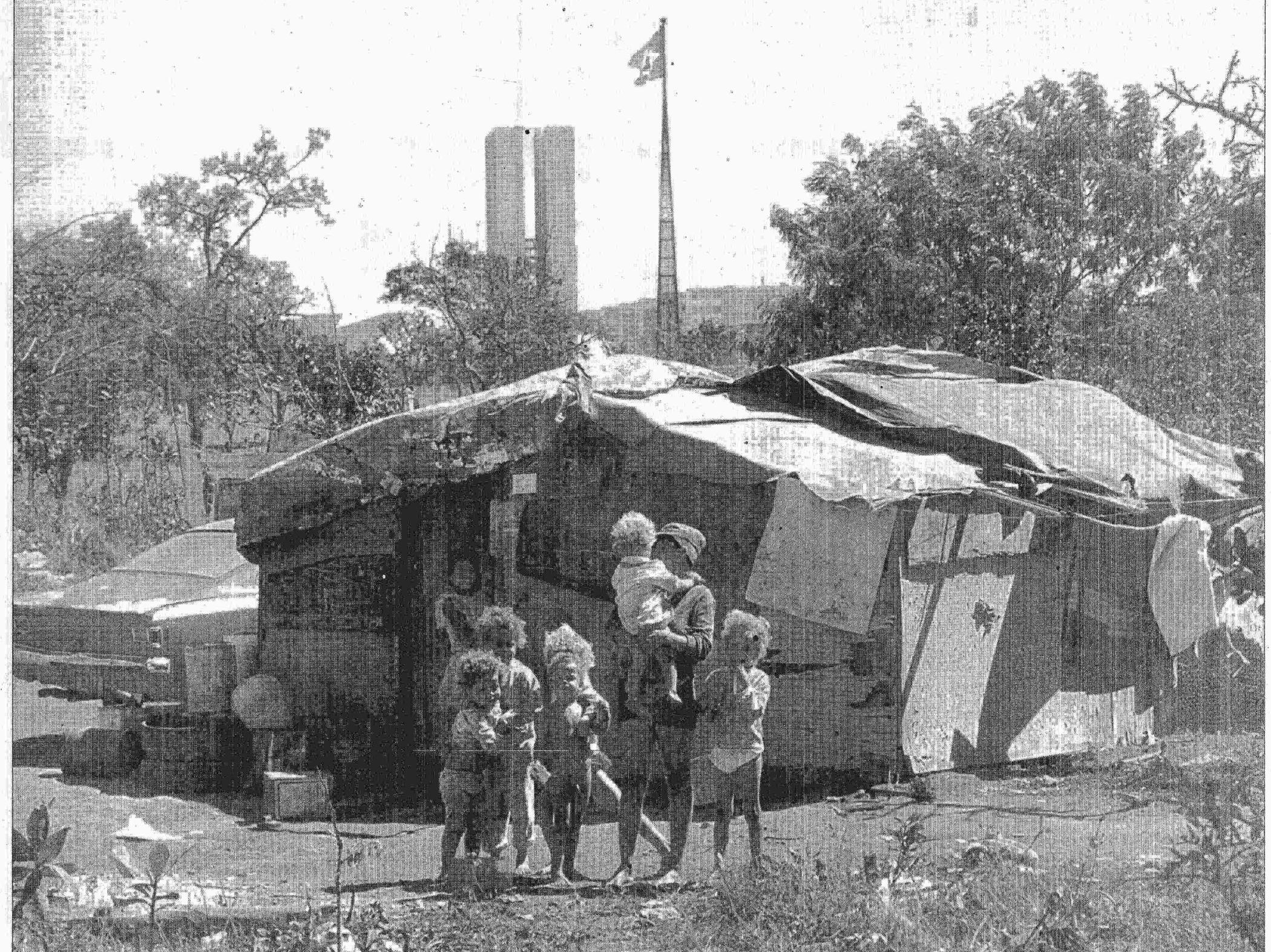
"Defendo a legalização da ocupação de áreas públicas com a cobrança de impostos. Assim, o governo terá mais verbas para investir em melhorias para a cidade", diz Eider.

A poucos metros da Esplanada dos Ministérios, uma comunidade de catadores de papel vive na mais completa miséria em barracos improvisados. "Acho essa cidade bonita demais", confessa Joelma Souza Santos, 26 anos, quatro filhas pequenas. Há cinco anos ela deixou Barreiras, no interior da Bahia. Enfrentou a estrada com o marido e as filhas pedindo carona até chegar em Brasília em busca de melhores condições de vida.

"A gente está aqui nesse cerrado porque falta emprego em Barreiras", explica Joelma. Mesmo morando em condições precárias, pulando de invasão para invasão, criando as filhas nuas em meio ao barro vermelho e sem perspectivas de dias melhores, ela garante que em Brasília se vive melhor do que na Bahia. Vendendo papel e alumínio, ela e o marido conseguem o mínimo necessário para sobreviver: cerca de R\$ 100 por mês.

"O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil", afirmou Lúcio Costa em entrevista publicada em 1988 no jornal *Estado de São Paulo*. "É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da anti-arquitetura, que se alastram; da inteligência e da anti-inteligência, que não pára; é o apuro pareté-méia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no desenvolvimento; são as facilidades e o relativo bem-estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal-estar da parte maior."

Wanderlei Pozzembom



"Acho essa cidade bonita demais", diz Joelma Santos, 26 anos, quatro filhas pequenas. Há cinco anos deixou Barreiras (BA). Enfrentou a estrada em busca de melhores condições de vida

DEFORMIDADES COM CARIMBO POLÍTICO

A legislação de tombamento de Brasília não é obstáculo quando os políticos resolvem moldar o Plano Piloto à imagem de seus interesses. Criam um assentamento aqui, aumentam um setor comercial ali, acabam com uma área verde acolá. Vale tudo em troca de votos e interesses. Até atropelar as leis e defender a infração como benéfica e necessária.

Na Câmara Legislativa, os deputados distritais costumam aprovar leis que distorcem o projeto original de Brasília. Até o Governo do Distrito Federal participa da deformação da cidade. Muitas vezes, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) protesta. Pouco a pouco, o Plano Piloto vai perdendo suas características básicas.

Uma das deformidades foi promessa de campanha do governador Cristovam Buarque. Ele prometeu legalizar o Acampamento da Telebrasília, na 616 Sul, às margens do Lago Paranoá. O lugar surgiu há 40 anos, durante a construção de Brasília, e abriga 350 famílias. Por isso, é considerado histórico por alguns, que o oparam à Vila Planalto.

A Lei 161/91 da autoria do deputado distrital Eurípedes Camargo (PT) — líder político dos moradores do local — regulariza a invasão. O Iphan opõe-se à idéia. Para a instituição, o acampamento não tem valor histórico e o projeto da cidade não prevê um assentamento nessa área.

O mesmo governo aprovou no

"BRASÍLIA MERCE RESPEITO. TRATA-SE DE UMA CIDADE NÃO CONCLUÍDA E, COMO TAL, NECESSITADA DE MUITA COISA. O QUE ESPANTA NÃO É O QUE LHE FALTA, MAS O QUE JÁ TEM."

(Lúcio Costa em entrevista ao Estado de São Paulo, 13/01/88)

ano passado a Lei 1.071, que permite a ocupação de áreas adjacentes aos blocos comerciais locais da Asa Sul. De acordo com dados da Administração Regional de Brasília, dos 2,7 mil estabelecimentos comerciais da Asa Sul, 1,5 mil incorporaram calçadas e gramados aos seus domínios. Em vez de serem combatidas, as invasões foram regularizadas.

"É a política do fato consumado", acusa o arquiteto Cláudio Queiroz, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. "Os comércios não são pequenos, são suficientes. Quem quiser um espaço maior, compre outro módulo. É assim que funciona nos shoppings centers", afirma.

"A invasão desses comércios não é um problema deste governo. É antigo. Os comércios são realmente subdimensionados. Se levarmos em conta toda as irregularidades, vamos ter que prender metade da cidade", defende-se o presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF), Phellipe Torelly.

Com o objetivo de varrer esse quadro do cenário da cidade, trami-

tam no Ministério Público do Distrito Federal mais de 400 ações cíveis públicas contra as ocupações irregulares — cada ação representa vários pontos de uma mesma quadra. Elas já estão em fase de julgamento.

Por isso, os interessados em reverter a situação empenham-se em encontrar uma solução rápida para o problema. De um lado, somam esforços o Governo do Distrito Federal, dirigentes lojistas, políticos e empresários. No sentido contrário, vem a Portaria Federal 314/92, baixada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (Iphan).

PROTEÇÃO NÃO PASSA DE ROMANTISMO

No ano passado, depois de um grande debate na sociedade, o tradicional Cine Atlântida foi substituído por um templo da Igreja Universal, no Setor de Diversas Sul. Tudo amparado por leis aprovadas pelos deputados distritais. Na prática, a Câmara deu carta branca aos templos religiosos: promulgou as leis 1.023, 1.024, 1.025 e 1.350 que autorizam a instalação de templos mesmos em áreas originalmente destinadas a outras atividades.

Outra lei polêmica foi proposta recentemente pelo deputado distrital José Edmá (PMDB). Ele conseguiu a aprovação da Lei 1.127/96, que prevê a transformação das superquadras em áreas de acesso restrito, com controle da entrada de veículos. O problema é que o conceito de superquadra como espaço residencial aberto ao público é um dos pontos básicos do projeto urbanístico de Lúcio Costa.

Em junho deste ano, deputados do governo e da oposição tentaram legalizar a Feira do Paraguai no estacionamento do Estádio Mané Garrincha, com a aprovação dos projetos de lei 0587/95 e 2796/97, de autoria dos peemedebistas Odilon Aires e Manoel de Andrade, o Manoelzinho.

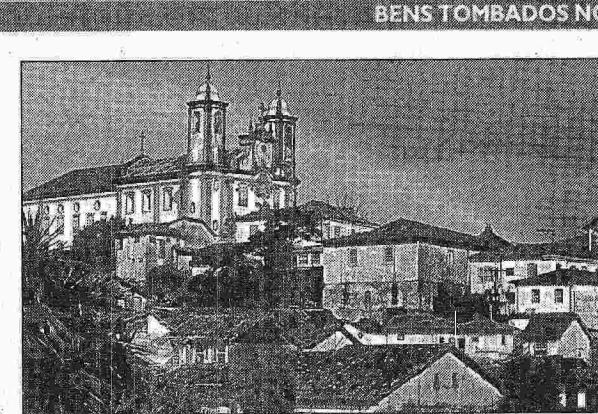
Segundo o procurador distrital dos Direitos do Cidadão, Temístocles Castro, o poder sobre o tombamento da cidade está nas mãos da Câmara Legislativa. "Eu sou a favor do tombamento e não gosto disso, mas a Câmara Legislativa tem o poder de modificar a cidade", garante.

O procurador baseia seus argumentos no artigo 30, inciso VII da Constituição Federal, que delega aos municípios (e ao Distrito Federal) o poder de adequar o ordenamento territorial, o parcelamento e a ocupação do solo urbano.

"As pessoas são muito românticas quando pensam que as leis de tombamento protegem a cidade", comenta. "O fato é que Brasília vai ficar inviável por causa desses políticos."

PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE

BENS TOMBADOS NO BRASIL



Cidade histórica de Ouro Preto (MG)

- Parque Nacional do Iguaçu (PR)
- Sítio arqueológico de São Raimundo Nonato (PI)
- Conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília (DF)



Centro histórico de Salvador/Pelourinho (BA)

- Sítios históricos e arqueológicos das missões jesuíticas dos Guarani (RS)
- Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo (MG)
- Centro histórico de Olinda (PE)

BENS TOMBADOS NO MUNDO

- Museu do Louvre, na França
- Praça Vermelha, na Rússia
- Cidade do Vaticano, na Itália
- Estátua da Liberdade, nos Estados Unidos
- Pirâmides, no Egito
- Machu Picchu, no Peru
- Taj Mahal, na Índia
- Parque Nacional de Garamba, no Zaire

TIRA DÚVIDAS

1 O que é o tombamento?

É a preservação de bens culturais ou naturais por meio de leis. O Brasil tem oito bens tombados — a cidade de Ouro Preto (MG), o centro histórico de Salvador (BA), o chamado Pelourinho, o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo (MG), os sítios históricos e arqueológicos das missões jesuíticas dos Guarani (RS), o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília, o Parque Nacional do Iguaçu (PR), o centro histórico de Olinda (PE) e os sítios arqueológicos de São Raimundo Nonato (PI). No mundo, há 506 locais tombados em 107 países.

2 Quando e por que Brasília foi tombada como patrimônio mundial?

Em 1987, ela passou a fazer parte da lista da Unesco, por suas características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. É a única cidade construída no século XX tombada pelo organismo internacional.

3 Qual área tombada?

O Plano Piloto, limitado a leste pelas margens do Lago Paranoá, a oeste pela EPIA, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal.

4 O que está tombado em Brasília?

Edifícios (os principais), praças, avenidas, setores residenciais, de serviço e de convivência, gramados, bosques e jardins.

5 Qual é a importância do tombamento?

Ele mantém a qualidade de vida da população, controla a especulação imobiliária e preserva o potencial turístico da área tombada.